

RECURSO ESPECIAL Nº 1.720.653 - SP (2018/0018770-2)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : ELEKTRO REDES S.A
ADVOGADO : REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI - SP257220
RECORRIDO : ADAO SILVEIRA
ADVOGADO : JOSÉ FELIX DE OLIVEIRA - SP297265

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Elektro Redes S.A., com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 105):

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. Ação de cobrança. Valores pagos pelo consumidor para eletrificação de propriedade rural.

1. Financiamento bancário mediante pagamento de parcelas incluídas na conta de energia elétrica. Irrelevância da forma como o autor pagou o beneficiamento da rede (se à vista ou financiado). Situação de fato que a vincula à empresa ré. Legitimidade passiva da concessionária. Reconhecimento.

2. Ampliação de rede incorporada ao patrimônio da ré que já tinha o dever legal de custear o projeto sob a égide da Lei nº 9.427/96. Reembolso do aporte feito pelo particular ao sistema público de fornecimento de energia elétrica. Necessidade.

3. Correção monetária dos valores pagos pelo autor a partir do vencimento de cada parcela e juros de mora a partir da citação. Observância.

4. *Quantum debeatur* a ser apurado em fase de liquidação. Recurso não provido, com observação.

Embargos de declaração rejeitados.

Em suas razões, a recorrente sustenta violação dos arts. 189 e 206, § 5º, I, do Código Civil/2002, ao argumento de que, "[...] caso se entenda que os fatos encartados aos autos não digam respeito a uma pretensão de reparação por enriquecimento sem causa (CC, art. 206, § 3º, IV), por supostamente envolver discussão sobre dívida líquida documentada, cuja obrigação, além de certa quanto à existência, também se revelar determinada quanto ao objeto, em ordem a atrair a incidência da norma legal específica prevista no art. 206, § 5º, I, do CC, na esteira do entendimento sufragado pelo Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.053.007/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Segunda Seção, j. 12/08/2009, DJe 09/12/2009; REsp 1.063.661/RS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, j. 24/2/2010, DJe 8/3/2010), há de se convir já ter transcorrido o quinquídio legal para o exercício da pretensão deduzida na inicial da presente ação" (e-STJ, fl. 155).

Afirma, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial e de violação do disposto nos arts. 138 a 143 do Decreto n. 41.019/1957 e 39, II, do CDC, ao

fundamento de que, "[...] tendo em vista que a isenção do consumidor de baixa renda somente adveio com a Lei n. 10.438/2002 (art. 1º), verifica-se que o regime jurídico a que estavam inseridos os recorridos era o da participação financeira. E, tendo em conta a irretroatividade da lei mais nova, ainda que mais favorável ao consumidor, afigura-se indevida qualquer restituição de numerário para a expansão da rede elétrica" (e-STJ, fl. 162).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso.

Sem contrarrazões.

É o relatório.

Do exame dos autos verifica-se que, a despeito da oposição de embargos de declaração na origem, não houve juízo de valor a respeito dos arts. 189 e 206, § 5º, I, do Código Civil/2002, haja vista o acórdão recorrido ter salientado expressamente que a questão não foi objeto de recurso e poderia ser abarcada pela preclusão processual, fazendo incidir o teor da Súmula 211/STJ.

No mais, como bem apontado pelo órgão ministerial, a análise do pleito de inexistência de enriquecimento sem causa demandaria ampla incursão no substrato fático-probatório dos autos, como contratos e termos, circunstância que esbarra no óbice contido na Súmula 7/STJ.

Por fim, o recorrente, ao aduzir o argumento de viabilidade legislativa de o consumidor arcar com os custos da instalação da rede elétrica à época dos fatos, deixou de impugnar o fundamento do acórdão combatido segundo o qual "é orientação remansosa de nosso ordenamento o princípio do *neminem laedere*, ou seja, do 'não lesar a ninguém', sob pena de, em assim agindo, ser obrigado o agente a restituir a parte lesada na exata medida da lesão provocada (CC/2002, art. 927)" (e-STJ, fl. 109).

Aplica-se, por analogia, o teor da Súmula 283/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator